



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS

PALESTRA

CENÁRIOS ESTRATÉGICOS PARA O BRASIL E SEU  
POTENCIAL PARA A GERAÇÃO DE CRISES

Brasília  
Março de 2005

## **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

## **GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

Ministro: Jorge Armando Felix

## **SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS**

Secretário: José Alberto Cunha Couto

**Edição:** Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais

**Endereço para correspondência:**

Praça dos Três Poderes

Palácio do Planalto, 4º andar, sala 130

Brasília - DF

CEP 70150 - 900

**Telefone:** (61) 3411 1374

**Fax:** (61) 3411 1297

**E-mail:** saei@planalto.gov.br

**Criação e editoração eletrônica:** CT Comunicação Ltda

**Impressão:** Gráfica da Agência Brasileira de Inteligência

A presente publicação expressa a opinião do autor do texto e não reflete, necessariamente, a posição do Gabinete de Segurança Institucional.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

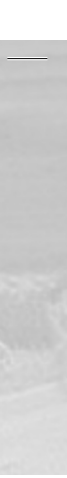
P157 Palestra: Cenários estratégicos para o Brasil e seu potencial para a geração de crises. (Brasília: 2005). Palestra: Cenários estratégicos para o Brasil e seu potencial para a geração de crises. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2005.  
44 p.

**1. Problema social - Brasil. 2. Educação - crise - Brasil. 3. Discriminação racial - Brasil. 4. Desenvolvimento econômico - Brasil. 5. Desigualdade social - Brasil. I. Presidência da República. II. Gabinete de Segurança Institucional.**

CDD -362

# Sumário

|   |    |
|---|----|
| I   |    |
| Introdução .....  | 05 |
| II  |    |
| Cenários estratégicos para o Brasil e<br>seu potencial para a geração de crises<br><i>Sérgio Henrique Hudson de Abranches</i> ..... | 09 |
| III   |    |
| Debates .....   | 27 |
| IV  |    |
| Encerramento .....  | 39 |





## INTRODUÇÃO



Com o objetivo de aprofundar os conhecimentos necessários ao desenvolvimento do trabalho do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), a Coordenadoria de Estudos da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (Saei) iniciou o Ciclo de Eventos 2005 com palestra realizada na manhã do dia 16 de março. O evento teve lugar no auditório de Videodifusão do Palácio do Planalto e contou com a participação de cerca de quarenta pessoas, entre técnicos do governo e acadêmicos.

“Cenários estratégicos para o Brasil e seu potencial para a geração de crises” foi o tema da palestra proferida pelo Doutor Sérgio Henrique Hudson de Abranches, Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília, *Master of Arts* Ciência Política e Ph.D. Ciência Política pela *Cornell University*.

A abertura do evento foi feita pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Felix, com agradecimento ao palestrante e aos presentes pelo comparecimento, e o registro do início de mais uma temporada de estudos que compõe o calendário de eventos do GSI, conduzidos pela Saei, que têm o objetivo principal de aprofundar os conhecimentos de interesse do GSI, que secretaria o Conselho de Defesa Nacional (CDN) e a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden).







# **CENÁRIOS ESTRATÉGICOS PARA O BRASIL E SEU POTENCIAL PARA A GERAÇÃO DE CRISES**

*Sérgio Henrique Hudson de Abranches*



O palestrante iniciou sua apresentação destacando a necessidade que o Brasil tem de grupos que misturem governo e sociedade para discutir tendências de longo prazo. Esclareceu que a palestra é uma comparação entre salto quântico e progressão linear para o crescimento do Brasil nos próximos 30 anos.

O melhor cenário é o que diz pouco a respeito de coisas muito específicas e muito a respeito das lógicas que podem nos permitir vislumbrar o desenrolar das conjunturas nacionais e internacionais e para qual direção dos modelos futuros construídos o País está caminhando.

Para tentar discernir o que pode vir a ser o Brasil no futuro, baseamo-nos em dois modelos: em um domina a lógica dos modelos de equilíbrio da progressão linear; em outro – o modelo não-linear – a realidade não se dá de forma incremental, mas por saltos e rupturas. O modelo não-linear pode dar resultados muito bons e pode dar resultados ruins, enquanto o modelo linear nunca é nem muito bom nem muito ruim, é sempre incremental, prevê um curso razoavelmente medíocre para qualquer coisa.

O século XXI tem por pano de fundo uma sucessão importante de conflitos violentos, que fazem parte do passado, da construção de uma nova ordem que só vai ser sustentável se enfrentar dois graves desafios trazidos do século XX: as desigualdades, mundiais e nacionais, e a pobreza.

Nós, provavelmente, atingimos, no final do século passado, o ponto quantitativo que faz diferenças qualitativas no que diz respeito à degradação ambiental, sobretudo ao aquecimento global. Começam a surgir os primeiros dados importantes confiáveis de que, provavelmente, nós transferimos os efeitos da mudança climática do tempo geológico (milhões de anos) para um tempo que já faz parte da nossa vida. Os cenários indicam mudanças significativas a partir da

próxima década, com agravamento nas cinco décadas subseqüentes. Isso significa que o problema atingirá a nós ou a nossos netos.

Para tratar dos desafios brasileiros, vamos começar com uma visão de quais são os fatores estruturais de longo prazo.

O modelo de equilíbrio prevê uma situação de equilíbrio que passa por um distúrbio qualquer e que leva a um desequilíbrio temporário. Um processo de sintonia fina ajusta os controles macroeconômicos de políticas públicas que regulam o sistema e ele volta ao equilíbrio. Os ajustes sistemáticos vão produzindo o progresso incremental linear do sistema. Se o desequilíbrio se dá por um certo excesso cometido no ciclo anterior, o ajuste faz com que, ao contrário de um avanço incremental, haja um retrocesso, quer dizer, a sociedade tem que retroceder um pouco para poder entrar em equilíbrio novamente.

O modelo que nós desenvolvemos é o de desequilíbrio sustentável. A história do Brasil mostra que conseguimos manter o País desequilibrado funcionando e que os equilíbrios são muito temporários. Um bom exemplo disso é o processo inflacionário brasileiro. Levou muito tempo para que nós conseguíssemos o equilíbrio sustentável na área monetária. Ainda assim, a política de metas de inflação indica que esse é um equilíbrio sempre temporário e há necessidade de adaptações permanentes.

O Brasil passa por um longo período de desequilíbrios sucessivos; tem havido um processo importante de avanço e de desenvolvimento, porém muito heterogêneo e complexo. Temos avançado muito em determinadas áreas, mas esses avanços resolvem alguns problemas e criam problemas novos. Em toda sociedade é assim, mas em escala muito menor. Talvez, no Brasil, seja diferente porque, em várias áreas, fez-se, em menos de 50 anos, o que a Europa, por exemplo, levou entre 150 e 300 anos para fazer.

Uma sociedade em desequilíbrio é uma sociedade que impõe restrições e desafios significativos em dois planos importantes de articulação da ordem social: a governabilidade e a governança.

Governabilidade é a capacidade que o Estado tem de prover as necessidades e demandas da sociedade, independentemente dos governos, das suas prioridades, das suas políticas públicas e dos recursos potenciais na mão do Estado, da sociedade e do mercado. Quanto maior o descompasso entre as demandas sociais e o potencial de solução, maior a probabilidade de o país entrar, recorrentemente, em crise de governabilidade, ou seja, em déficits graves de provisão que levam à instabilidade institucional, a conflitos violentos.

Governança é governo. São as capacidades correntes do governo, das políticas públicas, de atendimento às demandas.

Governabilidade e governança relacionam-se: a governabilidade precária impõe desafios difíceis à governança; sucessos de governança melhoram, significativamente, as condições de governabilidade. Isso tem a ver com o objetivo fundamental de qualquer sociedade, que é o bem-estar da sua coletividade, independentemente dos conflitos entre os interesses privados e os interesses coletivos.

A defasagem entre a capacidade de provisão e a capacidade de demanda tem como principal determinante estrutural o crescimento demográfico. Respostas ao crescimento demográfico, exceto para uma sociedade totalitária, dependem, crucialmente, de escolhas; portanto, de mudanças voluntárias no padrão de comportamento sexual e reprodutivo e que têm a ver com o bem-estar efetivo da população. Não se conhece caso de sociedade que tenha, voluntariamente, reduzido a sua taxa de natalidade e não tenha experimentado fortes quedas na taxa de mortalidade infantil. É até uma questão de sobrevivência da espécie. Se a chance de que os filhos sobrevivam é

muito pequena, a forma natural de melhorá-la é aumentando o número de filhos, o que significa fazer famílias muito grandes.

Um processo crucial na regulação da taxa de conflito nascida de defasagens entre necessidades, expectativas e capacidade de provisão é a mobilidade social, grande reguladora de conflitos no Brasil, que tem uma taxa de mobilidade alta mesmo para os negros, que são bloqueados no processo de avanço da sociedade.

Nos últimos quinze anos, o Brasil viu formar-se, independente da vontade da sociedade branca, sobretudo da classe média, uma classe média negra que é, hoje, uma parcela importante do planejamento estratégico de empresas, as quais podem diferenciar o consumo do ponto de vista étnico. O exemplo mais claro é o da indústria de cosméticos. Isso legitima a heterogeneidade da sociedade e também uma nova ordem; leva a uma mudança importante de atitudes e de valores.

É o caso do racismo. Por que estamos debatendo o racismo, hoje, no Brasil? Porque, pela primeira vez, governo e empresas tomaram a decisão de, em vez de aceitar o racismo sub-reptício da sociedade brasileira, enfrentar o problema e contrariar os privilégios da classe média branca, que começou a se expressar com mais clareza.

É impossível qualquer governo terminar seu mandato tendo satisfeito as expectativas da sociedade. A taxa de frustração será sempre maior que a de satisfação porque é inimaginável que se possa atender a todas as demandas ao mesmo tempo. E as demandas, no Brasil, se superpuseram em algumas áreas. Nós não paramos de mudar. Em compensação, nós crescemos pouco nas últimas décadas. Então a mudança aumentou a demanda e o baixo crescimento econômico não aumentou a capacidade efetiva de atendimento. Isso produz um estresse sistêmico elevado e o processo de buscar o equilíbrio de dinâmica sustentável é, na verdade, evoluir por estágios

sucessivos de desequilíbrio em que enfrentamentos anteriores tenham permitido que nós solucionemos alguns problemas em definitivo, passando para um novo estágio com menor complexidade no processo de desequilíbrio.

Não é uma tarefa simples, pois o Brasil possui déficits em todas as áreas. O setor público brasileiro vive penúria fiscal há mais de 20 anos. Todas as agências de governo, de todos os níveis, têm insuficiência de recursos, estão aquém da demanda pelos seus serviços e, não obstante, a carga tributária aumenta, os orçamentos aumentam. Isso mostra que nós estamos rodando em torno de nós mesmos, que é preciso algum tipo de ruptura que leve a um novo patamar.

Por outro lado, a estrutura de valores da sociedade brasileira perdeu a noção da coesão cívica. Como coletividade, nós estamos muito pouco preocupados com a devastação da Amazônia. Esse ano, provavelmente, nós vamos fechar os dados de satélite tendo desmatado quase uma Bélgica inteira em um ano. Recentemente, equipe do Ministério do Meio Ambiente verificou um desmatamento vertiginoso de uma tomada para outra do satélite. É um desmatamento sistemático, profissional, ilegal, que é um bom retrato de uma série de desequilíbrios que a gente vive. Provavelmente, o grau de indignação da sociedade brasileira com a constatação de que nós destruimos uma Bélgica de mata, desnecessariamente, não será tão grande quanto ao ouvir de um estrangeiro ‘vamos globalizar a proteção da Amazônia’. Nós somos muito ciosos da Amazônia contra os “gringos”, mas não temos consciência de que a Amazônia é um patrimônio nosso sem os “gringos” ameaçando-a. É isso que significa perder o sentimento cívico de sociedade civil, o que está diretamente relacionado com a maneira de tratar os conflitos.

Há pouco tempo, houve um aumento significativo de alguns componentes dessa cultura cívica no Brasil, sobretudo ligados

ao voluntariado, à auto-organização da sociedade civil. Há Ongs autênticas que se formam para desenvolver programas, ações coletivas voluntárias, aumentando a propensão da sociedade brasileira a uma ação coletiva mais cooperativa, o que é muito importante para melhorar a tratabilidade dos conflitos. Essa ação voluntária é importante porque extingue conflitos, muda valores e permite-nos ir para o campo da cooperação. E ela tem estado muito presente no trato do racismo.

No plano da globalização, nós, latinos, somos fortemente discriminados. Sobretudo porque, hoje, criamos conflitos importantes de interesses com o mundo desenvolvido. O Brasil se transformou num jogador relevante tanto no plano político-estratégico quanto no plano econômico, e isso incomoda. E a capacidade de criar coalizões eficazes e cooperativas no plano global é similar à que nós precisamos internamente.

A globalização é um processo de formação da ordem a partir da desordem, que está se dando com poucas regras coletivas. Não há governança global. Global é a economia, são os fluxos, são os processos. A cultura mundial está sendo globalizada. A Internet é uma via de globalização extraordinariamente poderosa, mas os mecanismos de governança global, ao contrário, estão em decadência. Quando George Bush passou por cima do Conselho de Segurança da ONU para invadir o Iraque, ele mostrou, claramente, que há um problema de governança global a ser discutido. E isso é um desafio muito parecido com o desafio do Brasil de construir um sistema de governança mais cooperativo.

Nós já passamos do estágio de sociedade simples e de economia simples. Diz-se muito que nós queremos nos transformar num mercado de consumo de massa. Já somos. Somos o maior exportador de carne do mundo, exportamos 20% do que produzimos e o resto consome-se



internamente. Somos um dos maiores produtores mundiais de soja; 40% exportamos, 60% fica aqui, para ração animal ou para consumo humano. Para muitas das 500 maiores empresas globais que têm negócios no Brasil, somos o terceiro mercado, mas a primeira taxa de lucro, quer dizer, a maior parcela na contribuição do lucro global das empresas. Nós já somos uma economia de massa e já estamos num nível de consumo de sociedade desenvolvida, apesar de desigual. O que se consome mais, no Brasil, toda vez que há um pequeno incremento de renda, inclusive nas classes C e D? Bens duráveis. Por causa da mobilidade, todas as classes sociais brasileiras querem consumir o que a classe A consome e isso produz uma pressão muito forte sobre o sistema de domínio de preços.

O processo de desenvolvimento do Brasil é talvez um dos mais contraditórios do mundo, porque temos uma quantidade absurda de avanços impresumíveis a partir da nossa base histórica, sobretudo a partir de algumas estatísticas. Com as nossas estatísticas monetárias de renda, não conseguimos prever nada do que as outras estatísticas dizem do Brasil. Há um problema grave de medição. A renda brasileira, por exemplo, não bate com o nosso mercado de automóveis (mais de um milhão de automóveis novos por ano, fora o mercado de usados, que é enorme).

A grande transição que fizemos foi a demográfica. Analisando a evolução demográfica de 1940 até 2004, vê-se que somos uma sociedade que está envelhecendo muito rapidamente, porque a taxa de crescimento demográfico caiu brutalmente e a taxa de mortalidade infantil ainda é alta, embora o Brasil, na última década, tenha sido o país com maior queda de mortalidade infantil no mundo. Uma estrutura etária como a que o Brasil tem hoje está no seu mais alto grau de aptidão para dar um salto porque 80% da população brasileira estão no auge da sua capacidade de aprendizado ou de trabalho.

Estamos com a massa de recursos humanos da sociedade brasileira preparada para produzir um salto que, em três décadas, nos transforme em outro país. Se deixarmos passar essa oportunidade, vamos pagar um preço alto porque outras sociedades vão dar o salto e, de novo, nós vamos perder. Não podemos nos esquecer de que, no final dos anos 50, início da década de 60, pelo alinhamento dos países com potencial, o Brasil estava empatado com a Coreia. E quem deu o salto foi a Coreia, provavelmente porque estava preparada demográfica e estruturalmente e o Brasil não. Mas hoje, com certeza, do ponto de vista dos dados estruturais, nós estamos preparados e podemos dar o salto.

A outra vantagem fundamental é a taxa de dependência, que é a quantidade de crianças e idosos dependentes da população economicamente ativa. O Brasil ficou o tempo todo atrás do Chile e da Argentina – que fizeram sua ruptura demográfica nos anos 60 – e hoje está caminhando para uma situação melhor que a desses dois países. Isso significa que aqui tem menos gente dependente, nesse momento, das pessoas que trabalham e do Estado. Mas a pirâmide de envelhecimento mostra que, daqui a pouco, a sociedade e o Estado terão de começar a prover estruturas para os idosos, desafio que a nossa Previdência, com a crise que atravessa hoje, não terá condições de enfrentar.

Uma outra parte do processo é o salto urbano. Argentina e Chile já eram sociedades urbanas na década de 60. Hoje, nossa sociedade ainda é agrária e não vamos nos encontrar com esses países porque não teremos uma taxa de urbanização muito mais alta do que a que temos atualmente.

Essa mudança demográfica é o exemplo de mudanças estruturais pelas quais o Brasil passou no seu pior momento econômico. Nós já estávamos começando a enfrentar a crise dos anos 70 quando

a transição demográfica brasileira se acentuou, o que significa que não há, necessariamente, uma relação muito forte entre alto desenvolvimento econômico e mudanças estruturais porque essas são mudanças de longo prazo.

As mudanças demográficas da década de 60 dependeram de décadas de História. E o salto nos anos 80 está relacionado com políticas mais pontuais, como, por exemplo, o incremento de saneamento básico.

Por outro lado, é impossível fazer uma ruptura demográfica sem haver uma mudança importante na posição da mulher. Porque a ruptura demográfica depende, basicamente, da ação coordenada simultânea de milhões de mulheres que mudam seu padrão reprodutivo. Essa ruptura, embora em graus diferentes, aconteceu em todas as classes sociais e em todas as regiões do País.

Qual é o principal problema demográfico que o Brasil possui hoje? Existem dois: um relacionado com a mulher e outro com o homem. Com as mulheres é a gravidez precoce, na adolescência, que tem a ver com a estrutura familiar. Com os homens é a mortalidade dos jovens entre 14 e 25 anos, cuja taxa nas regiões metropolitanas é comparável à de países em guerra. Em certas áreas do Brasil, estamos dizimando nossa juventude masculina. O Rio de Janeiro tem uma proporção entre homens e mulheres oito vezes menor do que a proporção brasileira na faixa etária citada.

Tivemos, portanto, nos últimos 30 anos, mudanças espantosas. Saímos de uma demografia de terceiro mundo para uma demografia de país maduro; saímos de uma situação quase rural para uma situação urbana; aumentamos em quase 20 anos a expectativa de vida da população; caminhamos para uma taxa de fecundidade semelhante à européia (inferior a um).

Há um outro problema: a taxa de machismo residual na

sociedade brasileira ainda é elevadíssima. Qual é o brasileiro mais mal pago da série estatística? É a mulher negra, em comparação ao homem branco.

Tivemos um processo brutal de descentralização econômica. Não obstante, continuamos com um alto grau de centralização, o que torna inevitável o aumento da taxa de conflito entre São Paulo e o resto do Brasil. Com mais crescimento econômico, essa taxa de conflito diminui um pouco; com menos crescimento econômico, ela é mais acirrada. Mas é inevitável porque, evidentemente, nós não podemos ter uma unidade da federação detendo 50% da economia do País, ainda mais sendo uma federação. E esse é um dos principais desafios do futuro do Brasil: somos ou não somos uma federação?

Se analisarmos as taxas de desenvolvimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre 1901 e 2002, veremos que o Brasil é um país de crescimento econômico. Apesar da nossa imagem de que somos um país que não cresce, esse é um país que cresce muito. Poucas vezes houve taxa negativa de crescimento e é possível identificar o responsável por isso: dentro do acordo de Taubaté, houve uma queda abrupta do preço do café na bolsa de Londres e tivemos uma recessão; depois a I Guerra, a Crise de 29, a II Guerra, as duas desvalorizações do Delfim Neto e o confisco do Collor. Nós sabemos quem faz o Brasil andar para trás. Mas, de qualquer forma, os picos caíram e a duração dos ciclos diminuiu. Nós já fomos capazes de crescer continuamente, sem um ano de taxa negativa, da II Guerra Mundial até a desvalorização do Delfim, e agora os ciclos são curtos. Esses ciclos curtos agravam, significativamente, aqueles desafios de governabilidade e de governança.

Não foi pouco o que nós passamos nas últimas duas décadas: em 82, crise da dívida e moratória; sérios conflitos de rua, em 83, no Rio de Janeiro; em 86 o Plano Cruzado, que fracassou; em 87, o Plano

Bresser e um calote; em 89, o Plano Verão, que durou muito menos que o verão; em 90, o Plano Collor com o confisco; em 91, fora Collor; em 93, cortam-se três zeros do Cruzeiro Real; em 94, o Plano Real; em 95, crise do México; em 96, crise bancária; em 97, crise asiática; 98, crise na Rússia; 99, no Brasil; 2000, apagão; 2002, a crise cambial da eleição, o medo do Lula. Ainda tivemos o fim da Ditadura e a morte do Tancredo. Foram duas décadas de conjunturas nervosíssimas, de elevado estresse econômico e político. E atravessamo-las bem, o que significa que temos uma saúde institucional boa.

Muitos dizem haver problema de investimento no Brasil. Não há problema de nível de poupança e investimento. O período com os picos mais baixos de taxa de crescimento é o período em que temos a maior média de investimento da História. O problema que temos aqui é de eficiência do investimento, ou seja, o Brasil está precisando de muito mais unidades de investimento do que no passado para produzir uma taxa de crescimento maior. O que se faz: aumenta-se a taxa de investimento ou a produtividade do investimento? Melhor aumentar a qualidade do investimento, fazer os investimentos certos para melhorar a produtividade, para precisar de menos unidades de investimento para produzir a mesma taxa de crescimento. Aqui entra o quê? Falta de logística, degradação da infraestrutura, desordem, desrespeito a regras, comportamento desregrado de empresas e de governos do ponto de vista fiscal etc. Há uma série de componentes aqui que encarecem o investimento, que fazem com que o investimento seja menos efetivo. Não obstante, o Brasil teve, nos últimos 50 anos, um extraordinário progresso no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Se nós conseguirmos, nos próximos 30 anos, repetir o nosso progresso de IDH dos últimos 30, vamos nos transformar numa sociedade com nível de IDH europeu. Mas o salto dos últimos 30 anos foi muito mais fácil do que aquele

necessário daqui para frente.

Nós precisamos realizar mudanças qualitativas. Nós precisamos: dar educação de qualidade (básica, média e superior); integrar a sociedade; acabar com o racismo; acabar com o machismo; aproveitar plenamente o potencial de todos os setores da sociedade brasileira; acabar com os obstáculos; enfrentar a questão que hoje estrangula o Brasil, que é o federalismo centralizado economicamente de um lado e do ponto de vista tributário do outro. O próprio processo político de avanço pelo qual passamos cria, de um lado, maior estabilidade política, e de outro, maior incerteza política porque estamos vendo uma mudança de gerações e forças emergindo na política brasileira que confrontam as oligarquias.

A partir da Revolução de 1930, tivemos o ciclo Vargas, o desenvolvimentismo de JK, o fracasso de Jânio, o colapso de Goulart, a Ditadura, a democratização, a globalização. Vivemos todas as mudanças. A nova geração é fruto delas e vai trazer novos valores, vai trazer o aprendizado dessa história e vai reproduzir a atual, vai ser mais clientelista e mais imediatista porque os ciclos são mais curtos, as urgências são mais visíveis. Evidentemente, não se está falando de uma centena de pessoas que vão ocupar o poder, mas de milhões de pessoas da nova geração que vão ocupar os postos de comando na sociedade, nas Ongs, no Estado, na economia, nas empresas, no meio acadêmico, em todos os lugares.

É um processo de busca de estabilidade. Nós já realizamos alguns avanços. Fizemos o avanço demográfico, a estabilização macro-econômica (ainda não está totalmente garantida, mas está razoável) e estamos construindo a estabilidade política.

Onde nós não avançamos o suficiente? No trato da questão racial, que divide a sociedade brasileira de uma forma muito complicada porque não é assumida. Nos Estados Unidos, a segregação

é uma macro-ofensa. Ela cria mais consciência, de parte a parte, de que há um problema. Eu me defino como racista, porque eu digo ‘eu não quero negro no meu bairro’, e o negro se vê como objeto do racismo. Aqui, no Brasil, é a micro-ofensa que discrimina. Ela quase não é visível, mas produz problemas. Produz a “pardice”, uma das questões que o Brasil não quer enfrentar; e problemas como educação e salário. Não é que não tenha melhorado a educação ou o salário dos negros. É que a evolução para os negros, comparada à dos brancos, dá-se, graficamente, no que se chama paralelas da desigualdade. A situação dos negros apresenta uma melhora, mas a distância entre os brancos e os negros não diminui. Isso também acontece entre brancos e pardos. E a identidade sociológica entre negros e pardos mostra que a “pardice” é resultado do racismo. Os negros estão disfarçados nos pardos e é muito nítida a distância entre brancos e esses dois grupos.

Esses são os desafios para o salto.

Na discussão de cenários concluiu-se que não é especulação imaginar que o Brasil pode ser, digamos daqui a 30 anos, um país parecido com a Espanha em termos de indicadores básicos sócio-econômicos. É um problema de escolha da sociedade brasileira. Por quê? Porque para dar esse salto que nos leva à condição de um país europeu de classe média, nós vamos precisar fazer transformações em áreas nas quais os conflitos entre os interesses de grupos, indivíduos e o interesse coletivo pelo salto são muito difíceis de resolver. É como a postura de ‘eu não quero preservar o meio-ambiente porque eu ainda preciso crescer’. Quem pôde crescer devastando já cresceu. Os que vão crescer daqui para frente têm que crescer de uma forma mais sustentável porque os recursos se tornaram mais escassos.

As decisões representam escolhas entre o final feliz e o final trágico em todas as dimensões. Em todos os campos da atividade

brasileira, hoje, nós possuímos gargalos que terão que ser superados para podermos dar o salto. O salto é um cenário de utopia. Ele é possível, mas tem que ser construído. Já a progressão linear, não. Se nós estimarmos que o Brasil vai crescer anualmente 3,5% nos próximos 30 anos, daqui a 30 anos, nós só não vamos ser maiores que os Estados Unidos, a China e a Índia, mas teremos passado a Alemanha, todos os outros países europeus; não obstante, certamente, não tenhamos o grau de integração social e de realização, satisfação e bem-estar que esses países têm. Portanto, esse salto representa, na verdade, um cenário possível a partir de uma hipótese de que nós vamos escolher, nos próximos poucos anos, a ruptura com nossa trajetória do passado e construir um novo Brasil.

Temos o cenário de progressão linear e precisamos fazer uma mudança no paradigma de sociedade. E, a partir dessa mudança, cria-se uma descontinuidade que vai gerar conflito e trauma. Não se dá esse salto sem alguns estiramentos na estrutura muscular da sociedade, senão há algumas fraturas graves. E, depois do salto, nós vamos ter, de novo, um processo de normalidade linear. Essa é uma história complexa de sucesso em que nós damos um salto de qualidade similar ao que o Japão e a Coreia deram no século XX.

Uma nova visão precisa se instalar na sociedade brasileira e criar uma forma de mudar mais flexível, mais adaptável à complexidade e à diversidade de soluções de que o Brasil precisa.

Mas o centro desse salto é a educação. E aí há um grande desafio. O Brasil não reconhece que subsidia a educação dos ricos. E ele o faz. O rico é que vai para a universidade pública. A sociedade brasileira paga para os ricos estudarem. A classe alta e a classe média alta brasileiras investem na educação do pré-vestibular para que os filhos possam estudar de graça no ensino superior. Ninguém quer discutir a possibilidade de quem pagou pelo ensino médio pagar



também pelo ensino superior público e que este seja gratuito para quem fez escola pública no ensino médio. Essa mudança de regra já revolucionaria a educação brasileira, resolveria o problema financeiro das universidades públicas.

O desafio da educação não é um desafio simples. Não é só a questão da qualidade. A educação está muito mal em todas as áreas no Brasil: pública e privada; básica, média e superior. Nós não estamos ensinando o suficiente. Há uma crise mundial na educação, mas, no Brasil, essa crise é muito mais profunda.

E há, evidentemente, o problema da educação cívica. O Brasil não tem mais herói. O Brasil não tem mais referência brasileira. A brasilidade só se constrói por oposição à invasão estrangeira, por nacionalismo; e nacionalismo não é bom caminho para a virtude cívica, sobretudo no mundo globalizado. É preciso deixar de ter preconceito e passar a ter valores próprios, verdadeiros.

O Brasil vai ser uma grande potência daqui a 30 anos. Provavelmente, os brasileiros não vão estar muito felizes com essa realização. Não é ruim, mas não é suficiente. E é, possivelmente, o cenário dominante, quer dizer, nós estamos caminhando para isso.

Nenhuma sociedade no mundo de hoje, com o grau de desafio que a globalização está impondo, de instabilidade mundial e de risco ambiental, pode se considerar defendida da possibilidade de ter um retrocesso, de fracassar no seu projeto maior e de escolher um destino mais medíocre.

Não desapareceremos como os habitantes da Ilha da Páscoa, mas podemos ser, daqui a 30 anos, um Brasil do qual não nos orgulhemos muito. Isso depende de nós, das escolhas do País. O Brasil precisa começar a estruturar uma rede de discussão dos seus valores e dos seus desafios para ver se consegue construir um consenso.

A África do Sul fez sua transição do *apartheid* construindo

cenários. Esses cenários foram levados às comunidades e discutidos nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos, de tal forma que, a partir de determinado momento, a África do Sul como um todo os discutia. Isso significa que aquela sociedade tinha um projeto de mudança, o projeto do salto. Ela construiu, através do debate, um conjunto mínimo de valores que permite à sociedade dar-se as mãos para dar o salto.

Chega uma hora em que a sociedade precisa dizer ‘aqui não tem o indivíduo; tem o Brasil’. E nós precisamos fazer esses sacrifícios para poder dar o salto e ter um futuro melhor.



## DEBATES



Após a apresentação, teve início a sessão de debates, conduzida pelo Coronel Joarez, Assessor da Saei/GSI, que sugeriu que o palestrante assumisse a palavra a cada três participações, a fim de melhor aproveitar os debates.

A primeira pergunta foi formulada pelo Comandante Domingos Sávio Nogueira, Assessor do Gabinete de Segurança Institucional, que lembrou ter o palestrante dito que: o Brasil tem deficiência em todas as áreas; há necessidade de solucionar-se algumas questões (educação, racismo e centralização do federalismo) para que possa ocorrer a ruptura para o salto, sendo a educação a mais urgente; o problema demográfico; a questão da mortalidade dos jovens, o tráfico e o vício que estão ligados a um problema de ordenamento da sociedade.

Em seguida, o Comandante Sávio disse acreditar que o ordenamento da sociedade talvez seja mais emergencial que a educação, pois, se for aplicado um choque de ordenamento na sociedade agora, ele poderá ser até educativo. Comentou o hábito de se copiar modelos de ordenamento do mundo desenvolvido e aplicá-los em uma sociedade ainda não suficientemente ordenada para entendê-los e aproveitá-los de forma positiva e perguntou se, realmente, o que falta, no momento, não seria interromper alguns processos em andamento e partir para o ordenamento da sociedade.

O segundo participante, o Senhor Célio Celso Cruz Junior, Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, perguntou ao palestrante quais os “músculos” sociais passíveis de estiramento para darmos o salto de qualidade. Pediu-lhe que comentasse a questão do racismo nas escolas – lembrando que não se vê alunos negros em cursos de maior grau de dificuldade, como Medicina –, a diminuição da jornada de trabalho que as centrais sindicais defendem para aumentar a oferta

de emprego e a questão da cultura, onde julga que o Estado tem um papel importante.

Sérgio Marcelo, do Ministério da Justiça, referindo-se à vitimação dos jovens entre 14 e 25 anos, vinculou-a ao narcotráfico, ao crime organizado, cuja existência é respaldada por uma força contrária à necessidade de mudança do País, formada por pessoas que encaram a violência como um negócio com altas taxas de lucratividade em várias frentes (fraudes, narcotráfico, tráfico de pessoas e armas) e que é um elemento importante do crime organizado. Trata-se da corrupção, que vem eivando parte do Estado de capacidade decisória de mudança, ou seja, que julga ser melhor algumas coisas continuarem como estão para garantir a continuidade do lucro de negócios como o crime organizado. O Senhor Sérgio Marcelo pediu que o palestrante fizesse alguns comentários sobre corrupção e crime organizado.

Respondendo às colocações do primeiro bloco, o Doutor Sérgio Abranches reiterou que o Brasil tem um problema de ordenamento sob todas as óticas e vive, hoje, a mais absurda informalidade generalizada (da ordem de 60%). Há uma minoria que obedece às leis, não transgride valores, aceita hierarquias, trata os conflitos com os instrumentos apropriados (e dentro da legitimidade) e o resto do Brasil que vive da informalidade. O nível de tolerância que se tem, no Brasil, com o intolerável, é absurdo.

O Brasil tem leis demais e obediência de menos. Vivemos um problema constitucional. Temos uma Constituição que foi escrita com os olhos no retrovisor e que não tem nada a ver com o Brasil do século XXI, que não foi discutido na Assembleia Constituinte. O Brasil do passado é o que foi: o que não foi resolvido, os direitos que não eram respeitados, as liberdades que não existiam. Não se pensou no que pode acontecer com o mundo e que precisamos de uma Constituição que nos habilite a enfrentar os desafios do futuro.

O nosso arcabouço legal não tem nada a ver com o século XXI e os nossos desafios futuros, além de ser excessivo. Há lei demais e autoridade de menos, legitimidade de menos, eficácia de menos. Precisaremos de uma nova Assembléia Constituinte, que pense o Brasil para filhos, netos e bisnetos e não para uma só geração que não teve o que queria ter. A Constituição é o mínimo denominador comum.

Nós precisamos tolerar apenas o tolerável: a diversidade, a diferença de gênero, a diferença étnica; mas não podemos tolerar a corrupção, a ocupação do território por bandidos, a idéia de negociar com quem comete ato ilegal. E a culpa dessa situação não é do pobre e nem do bandido, que ocupa o território porque sabe que não tem ordem, que não tem autoridade para impedir.

Sobre o racismo nas escolas, o palestrante concordou com o Senhor Célio Celso e lembrou que, quando se estabeleceu, nos Estados Unidos, a ação afirmativa e as cotas, a primeira coisa que se fez foi criar um instituto de estudos afro. Em consequência, os negros passaram a estudar a África e as boas escolas ficaram para os brancos. Evidentemente, o passo seguinte foi a denúncia interna dessa discriminação e a ação afirmativa estendeu-se para as universidades. As cotas foram uma ação afirmativa. Sem elas as universidades americanas teriam sido um absurdo de elite branca reacionária. A qualidade das universidades americanas melhorou por causa da diversidade e a abertura não foi só para os negros estadunidenses, mas para os estrangeiros também.

A ação afirmativa tem efeitos positivos infinitamente superiores aos negativos. Estamos tendo uma ação afirmativa no Brasil e o efeito inicial é conflito, mas um conflito bom porque estamos ferindo, hoje, os interesses da elite branca, que domina os negros há 400 anos, para evitar um conflito sangrento no futuro.

Os “músculos” sociais que vão se estirar são as elites que sempre foram beneficiadas, os grileiros, os traficantes de drogas, os elementos da elite que estão ampliando fisicamente o território da ilegalidade e da informalidade. Esse conflito tem que ser explicitado e nós temos que brigar contra os informais. Não aqueles informais que não têm acesso ao mercado formal de trabalho, mas aqueles que se beneficiam da “difusidade” entre as fronteiras do legal e do ilegal, do permitido e do não-permitido, do legítimo e do ilegítimo, que hoje dominam a sociedade brasileira. A sociedade não pode ter limites morais tão imprecisos como tem hoje.

Com relação ao papel do Estado na cultura, ele tem de subsidiá-la em parte. A música sinfônica não é uma música de elite. É uma música bonita da qual as pessoas pobres não são capazes de usufruir porque não lhes é dada oportunidade. Uma boa orquestra sinfônica, uma companhia de ópera de qualidade, isso é necessário para a integridade da cultura nacional.

Cultura é, também, o Brasil entender-se como uma sociedade que se valorize. O brasileiro não tem problema de auto-estima, ele tem problema de estima com a sua sociedade. Nenhum brasileiro é capaz de dizer ‘esse é o Brasil que eu quero’. Se não temos o País que a gente quer, temos de construí-lo. E aí a cultura tem um papel fundamental.

Precisamos nos educar sobre o que não fazer (jogar papel no chão, por exemplo). Não podemos imaginar que a favela é uma estrutura social sustentável e boa. Não deveria existir favela. É uma estrutura que permite que se estabeleça uma ordem política tirânica contra a ordem legítima estabelecida numa democracia. Quem manda na favela é o chefe do crime, que atemoriza a população honesta que vive lá. A favela tem que ser erradicada como conceito. Não podemos tolerá-la. A favela é ruim; é a expressão de carências não resolvidas,



do excesso de desregramento da sociedade, da falta de oportunidades para uma parcela da população e é lá que morrem nossos jovens.

A corrupção faz parte da informalidade. A luta contra a corrupção é a luta contra a informalidade, contra a transgressão. Precisamos ritualizar nossa convivência. Precisamos de um pouco menos de informalidade nas relações e um pouco mais de ritualidade. Precisamos respeitar certas instituições para que a democracia seja viável, pois a democracia só é possível com respeito e o respeito tem que ser voluntário – ou deixa de ser democracia.

Em seguida, o Senhor Fábio Martins Faria, Diretor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, perguntou se a progressão linear seria um determinismo. Se o setor público tem carência de recursos para aplicar, como se poderia melhorar a qualidade do investimento?

O Coronel Fernando Vasconcellos Pereira, do Estado-Maior do Exército, perguntou se o palestrante acha que o salto quântico pode se dar a partir da elite. Sobre a questão do racismo, observou que os policiais negros também acham que o negro tem mais possibilidade de ser bandido que o branco.

O Professor Gunther Rudzit, Professor de Relações Internacionais e Pesquisador do NAIPPE/USP, comentou que o fato de o Brasil ter se inserido em outros campos da globalização além do econômico, principalmente o político, o tem preocupado. Olhando a nossa interação com a América do Sul, não mais só com o Mercosul, com todos os processos e acordos que temos assinado e convindo que o nosso entorno imediato, principalmente o Arco Norte (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia) e mesmo a Argentina, não é muito estável, leva ao questionamento de essa interação pode influir positiva

ou negativamente nesse processo, que julga irreversível.

Respondendo aos questionamentos, o Doutor Sérgio Abranches disse que a progressão linear não é um determinismo, mas um cenário dominante. Manter uma taxa de crescimento médio, nos próximos 30 anos, em torno de 3%, não é grande coisa. Demanda um certo esforço, mas não é difícil. Contudo, é suficiente ou queremos mais?

O nosso investimento é ruim. Temos um problema de “despoupança” pública, que precisa ser resolvido, e falta investimento privado. Não podemos achar que infra-estrutura é um problema do setor público. É também do setor privado. A educação, por exemplo, não pode ser uma obrigação apenas do setor público. O que falta no ensino superior é uma estrutura de incorporação do ensino privado ao sistema de ciência e tecnologia, exigências de qualidade, estímulos – não tributários e fiscais, mas uma estrutura de incentivos do ponto de vista da regulação – para que o setor privado melhore, invista e reproduza a estrutura de pesquisa de pós-graduação e desenvolvimento científico que a universidade pública possui. Precisamos criar espaço para que o setor privado cresça e não para que ele privatize as áreas que não são privatizáveis.

Um dos fatores graves do racismo é o embranquecimento da mentalidade do negro que ascendeu. Quando o negro começa a crescer ele se sente branco.

A ruptura sem ser pela elite é possível, mas está ficando cada vez mais custosa. É preciso fazer a elite cumprir o seu papel. Quando eu falo para a elite, sobretudo para a elite que é mais responsável pelo Brasil, eu falo sempre com muita dureza, pois a elite se beneficia da informalidade, dos incentivos, compra os fiscais. Então ela é culpada.

A globalização é parte central do nosso cenário. Além da globalização política, há a globalização cultural, importantíssima,

que, na verdade, ao contrário do que as pessoas dizem, não é inimiga da cultura local. Ela fortalece determinadas culturas locais, cria um espaço para contestação das culturas dominantes.

A questão da América do Sul é mais grave porque alguns dos países citados estão se movendo em direção a rupturas negativas. São países que estão muito aquém no processo de institucionalização, onde temos problemas de contaminação grave.

As Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o Sendero Luminoso têm graves interações com o narcotráfico, com o tráfico de armas, fazem parte de uma *network* que na globalização tem limites muito imprecisos – lavagem de dinheiro, drogas, armas – e acabam por ter os mesmos fornecedores; eu não consigo aceitar que sejam movimentos políticos legítimos. São grupos inaceitáveis. Quando eles atravessam as fronteiras, política e militarmente, têm que ser coibidos.

Por outro lado, o papel que o Brasil está deixando de jogar é mais importante do que o papel que ele já jogou. No meio ambiente, o mecanismo do desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto foi protagonizado pelo Brasil. A forma final a que se chegou foi resultado de uma proposta da equipe brasileira negociada com a equipe dos Estados Unidos e acabou-se chegando àquele mecanismo a partir do qual quem produzisse seqüestro de carbono teria incentivos de mercado, poderia negociar etc. Nós fomos protagonistas da discussão sobre o clima desde o início da primeira convenção. No entanto, tivemos um papel vergonhoso em Buenos Aires, fizemos a coalizão errada, a coalizão dos sujos, deixamos de ser protagonistas e vamos perder oportunidades.

O Brasil é um grande poluidor, um grande emissor de carbono por causa das queimadas na Amazônia. O fato de que o mundo poluiu não nos desobriga do nosso contrato com a humanidade para o futuro,

não pode ser álibi.

O Brasil pode ter um papel de liderança nesse processo, desde que não queira trazer consigo o estoque de miséria do mundo, desde que ele queira resolver os problemas compatíveis com a sua potencialidade e aí nós podemos ter incentivos.

Uma das razões pelas quais nós não temos nenhum incentivo econômico para manter a Amazônia íntegra é porque a equipe brasileira de negociação em Quioto fez um acordo errado, uma coalizão errada que derrotou a idéia de pagar pela manutenção da floresta em pé. Então, só se ganha dinheiro, e de baixa qualidade, se fizer floresta, ou seja, com reflorestamento. Foi um erro de escolha na construção da coalizão e nós estamos repetindo esse erro.

A globalização também pode ser vista regionalmente. O regional tem que ser para alavancar e não para atrasar o processo do País de construção de seu espaço global. A idéia de uma potência regional é anátema, sobretudo na América do Sul. O sonho de se aliar aos Estados Unidos para ser sua potência regional no espaço sul-americano não existe, principalmente com esse grupo que comanda, hoje, a diplomacia e a Segurança Nacional americana.

O Brasil pode ser uma liderança e criar espaço para ser uma liderança regional, a despeito dos Estados Unidos, se ele se transformar numa liderança multilateral importante. E aí o espaço multilateral não é regional, é global; é a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas, mais importante do que isso, é ter um papel de protagonista na reforma da governança global. Para nós é central.

A última participação coube ao Ministro José Antonio de Castelo Branco de Macedo Soares, Secretário-Adjunto da Saei/GSI, que perguntou qual é o papel das Forças Armadas hoje e nesses cenários apresentados.

O palestrante respondeu que, à vista do quadro da América do Sul, claramente, as Forças Armadas passaram a ter um papel mais importante do que tiveram no passado porque, hoje, temos uma fronteira vulnerável e que, no tocante à distribuição, a Força Militar brasileira deve se concentrar nessa fronteira vulnerável, sobretudo na Amazônia.

O Brasil precisa relegitimar e reconstruir com mais força, inclusive envolvendo os diplomatas, a idéia de Segurança Nacional. Nós temos que praticar a Segurança Nacional como o fazem os Estados Unidos e a Europa. Não podemos considerar esse tema exclusivamente relacionado à Ditadura e sem importância para o momento atual. A Nação não tem mais ameaças à sua segurança? Isso é um conceito absurdo. Numa democracia você não abandona a noção, o conceito e o instrumental de Segurança Nacional; você os submete às regras democráticas.

Na opinião do palestrante, seria bom ver a Comissão de Segurança Nacional do Senado tendo o mesmo poder que tem a dos Estados Unidos para discutir a questão da Segurança Nacional com o comprometimento dos parlamentares.

Um dos problemas da discussão do papel dos militares, no Brasil, é que ele ficou muito contaminado pela politização e parou-se de olhá-lo do ponto de vista de risco. Dado o contexto em que vivemos, não podemos nos dar ao luxo de não ter Forças Armadas e com capacidade de ação. Existe o risco para o País e, se existe, tem que haver Forças Armadas. E elas têm um papel importante na questão das transgressões não-militares da fronteira.

As Forças Armadas não têm que subir morro, mas seria bom ver a Marinha impedir contrabando em navios, a fronteira sob controle militar para combater o narcotráfico e o tráfico de armas; enfim, as Forças Armadas com mais poder e mais equipes na fronteira. É a segurança da Nação.





## ENCERRAMENTO





Finalizando, o coordenador dos debates, Coronel Joarez, registrou que, com o envolvimento do tema, o nível do palestrante e o interesse e a participação da platéia, não podia ter sido melhor o início da temporada de estudos de 2005, convidando a todos para o encontro seguinte e passando a palavra ao Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais, José Alberto Cunha Couto, para os agradecimentos do Gabinete de Segurança Institucional.

O Secretário Cunha Couto registrou o acerto na escolha do palestrante, cuja participação muito havia contribuído para a proposta do GSI de realizar um encontro para discutir cenários para o Brasil e agradeceu a presença de todos.